

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**
Lei Municipal nº 270-A, de 22/08/1994 - São Vicente

1

ATA DA REUNIÃO

2

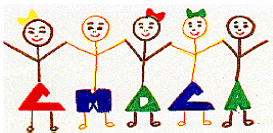
**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE**

3

4

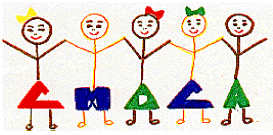
REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2022

5 Aos 06 dias do mês de Julho, as 14 horas em primeira chamada e às 14:30 em
6 segunda chamada, o Presidente MARCOS VINICIUS DE SOUZA, abriu os
7 trabalhos da reunião ordinária de JULHO do **CONSELHO MUNICIPAL DOS**
8 **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, saudando a todos e todas,
9 cuja pauta seguiu com os seguintes assuntos: 1. - Composição da Mesa 2. -
10 Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de Junho, 3. - Minuta da Lei 270-A
11 CONSELHO TUTELAR (Leitura e proposta de aprovação), 4. Proposta de
12 Aquisição de equipamentos para a sede do CMDCA, 5. - Comissões
13 Permanentes: Registro/Análise de Projeto/Legislação/Finanças/Políticas
14 Públicas, 6. – SEDUC E PECIM, 7. - Análise e discussão sobre o DECRETO N.º
15 5839, DE 19 MAIO DE 2022, 8. - Conferência Municipal, 9. - Conselho Tutelar,
16 10. - Assuntos Gerais. Composta a Mesa Diretora pelo Presidente e a Secretária.
17 O presidente abriu a reunião compondo a mesa juntamente com a secretária
18 Yonne, ausentes diretores Thelma vice presidente e Tadeu tesoureiro, com a
19 leitura da ata da reunião de junho de 22, após feitas as alterações e ressalvas,
20 colocada em votação, a mesma foi aprovada. Presidente faz a leitura das
21 alterações da Lei 270-A no que tange ao conselho tutelar, com as devidas
22 alterações sugeridas pela plenária a mesma foi colocada em votação e foi
23 aprovada. Ato contínuo o Presidente passou para os assuntos das comissões
24 permanentes, chamando inicialmente a comissão de análise de projetos, com
25 a palavra o Conselheiro José diz que se reuniu com a comissão e surgiu uma
26 dúvida sobre o projeto apresentado pela SAICA com relação ao marco
27 regulatório, no que diz respeito ao procedimento de contemplar as entidades,
28 qual seja: repasse de recursos ou chamamento público, desta forma foi enviado
29 uma consulta a SEJUR- Secretaria dos Assuntos Jurídicos e estão aguardando
30 parecer. Informa ainda que conforme o plano de aplicação o edital para uso do
31 FMDCA está sendo elaborado um chamamento público igual ao anterior com
32 uma modificação nos eixos, e que serão oito projetos contemplados. A jovem
33 Mirella fala sobre o EURECA, explicando que trata-se de um bloco de carnaval
34 onde é escolhido um tema de relevância sendo o deste ano EU PRECISO
35 RESPEITAR e sobre esse tema são elaborados o samba-enredo, as fantasias,
36 os cartazes, as manifestações, a organização do bloco na rua, a divisão de alas
37 e coreografias através de vários encontros que precedem o desfile com a
38 participação de todos os envolvidos. O presidente lembra que o EURECA está
39 previsto no plano anual de trabalho do CMDCA e também está garantido por
40 força de lei um aporte financeiro, indicado no Plano de Ação e Aplicação de
41 Recursos no item 1 do Detalhamento do Plano que poderá financiar parte na
42 realização deste evento, dito isso presidente coloca em votação a verba



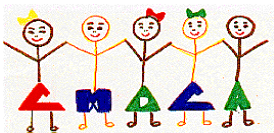
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**
Lei Municipal nº 270-A, de 22/08/1994 - São Vicente

43 solicitada através do projeto entregue neste conselho no valor **de R\$ 9 800,00** o
44 que foi APROVADO pela plenária. Dada palavra à Comissão de Análise de
45 Projetos, a Conselheira Mariane e Mari informa que a comissão se reuniu para
46 analisar um pedido de renovação da AMDEF, que teve sua renovação aprovada,
47 e informa um novo pedido de inscrição da Associação Cultural Social Tio Cris
48 deixou de apresentar os seguintes documentos: alvará de funcionamento do
49 local, laudo Corpo de Bombeiros, documento de sessão do local. A Entidade já
50 foi comunicada para regularizar essa documentação. Presidente toma a palavra
51 E expõe a necessidade de aquisição de material para sede do CMDCA,
52 destacando o uso do recurso do FMDCA, conforme versa o Plano de Ação e
53 Aplicação de Recurso no item 4 no detalhamento do plano de ação, como
54 desktop, notebook, projetor, TV e impressora. Foi levantado pelos conselheiros
55 mais antigos que vários materiais eletrônicos já faziam parte do acervo do
56 CMDCA e que estavam patrimoniados ao CMDCA e com a mudança de gestão
57 todos esses aparelhos foram retirados indiscriminadamente, tendo em vista que
58 estes equipamentos ainda não retornaram ao Conselho, propõe ao colegiado a
59 elaboração de ofício ao Gabinete e gestão dos conselhos para que preste conta
60 desses equipamentos e os devolva ou os substitua, de toda forma foi **aprovado**
61 **por unanimidade a compra dos equipamentos** faltantes e os que estão
62 danificados para substituição, houve uma sugestão para que ao comprar os
63 materiais eles sejam compatíveis com os já existentes na prefeitura para facilitar
64 a aquisição de material de consumo. o presidente abre para discussão sobre a
65 promulgação do Decreto Nº 5839 em 19 de maio de 2022, publicado pela
66 SEPLAG e que não foi discutido e aprovado pelo CMDCA nem pelo CMAS que
67 são conselhos de extrema importância, com legislação própria que recomenda
68 que todo e qualquer projeto de lei, decreto, projeto, indicação etc que trate de
69 assuntos referentes à criança e ou ao adolescente passem por estes Conselhos
70 o que não foi feito, consultada plenária ficou decidido o envio de um ofício a
71 prefeitura alertando mais uma vez, pois já é de conhecimento do prefeito em
72 reunião presencial com a Diretoria em 29/03/2022, para que nenhum projeto
73 destinado a este público específico seja aprovado antes de passar pela plenária
74 do CMDCASV. Passada A palavra à SEDUC, a professora Sônia da EMEB Jorge
75 Bierrenbach de Castro, diz que a violência está diminuindo dentro do colégio está
76 sendo feito um trabalho conjunto agradece Associação Alfa e Ômega que vem
77 desenvolvendo um trabalho de cultura de paz e Capelania dentro da escola e
78 que tem ajudado bastante, informa ainda que foi feito um levantamento dos
79 alunos e foram encontrados 174 (cento e setenta e quatro) alunos adultos e que
80 o espaço da escola já não serve mais a esses alunos, desta forma foram feitas
81 algumas reuniões com os pais e os alunos para conscientização de que a
82 mudança do ambiente escolar poderia lhe trazer benefícios e eles foram
83 encaminhados para outras instituições de ensino, informa ainda que a
84 comunidade está participando bastante nessa construção numa nova escola,
85 com relação à escola cívica militar a mesma diz que ela só existe no papel que



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**
Lei Municipal nº 270-A, de 22/08/1994 - São Vicente

86 até a presente data eles não receberam a verba que é destinada para este fim,
87 com relação à polícia militar destaca que existe apenas um PM que figura como
88 inspetor de alunos, agradece bastante a conselheira tutelar Fernanda que tem
89 sido muito diligente as ocorrências e pede ajuda para novas ideias e voluntários
90 diante dessas informações, o CMDCA oficiará a prefeitura para que Preste
91 contas desta verba destinada ao projeto da escola cívico-militar. João Beato ex-
92 presidente do CMDCA que muito nos honrou com sua presença e contribuiu com
93 sua experiência, explica que tudo deve ser passado pelo CMDCA, seja do poder
94 público e/ou governamental, se referindo ao mesmo tempo que foi o
95 questionamento do Decreto baixado pela prefeitura sem que houvesse a prévia
96 consulta a este conselho, bem como a implantação da Escola Cívico Militar.
97 Passada palavra a Cleide presidente da AMEFE a mesma questionou a SEDUC,
98 presente na reunião, sobre os profissionais de atendimento que deveriam
99 acompanhar as salas de aula inclusivas, foi explicado que já foram contratados
100 estagiários que se encontram na sala de aula e outros tantos estão sendo
101 capacitados. Cleide informa que são mais de 1.700 alunos da inclusão, sendo
102 que os estagiários contratados são insuficientes, o presidente resolve que a partir
103 de agosto o CMDCA irá fiscalizar esta demanda pessoalmente. Cleide e SEDUC
104 irão tentar se compor para ajuda mútua, principalmente no que se refere a
105 capacitação destes estagiários. Regina do Carmo diz que APAE também está
106 sem este profissional de apoio. O Conselheiro Marlon sugere que a SEDUC
107 preste contas sobre as contratações dos Profissionais de apoio, bem como o
108 déficit de laudo e o número de alunos deficientes, inclusive com laudo e o tipo
109 da deficiência para que se possa calcular o número de profissionais necessários.
110 O Presidente convoca a plenária no sentido de aprovar a elaboração de Ofício a
111 SEDUC sobre estes questionamentos, o que foi devidamente aprovado. O
112 presidente passa ao próximo item da pauta que é a Conferência da Criança e do
113 Adolescente, que deverá ser realizada até 22 de dezembro deste ano corrente,
114 informa ainda que a comissão organizadora deverá ser formada e providenciar
115 as pré-conferências que deverão ocorrer em setembro e a conferência em
116 outubro. Dada palavra ao Conselho Tutelar, o Conselheiro Paulo sugere que o
117 aniversário de 32 anos do ECA no dia 3 de julho seja comemorado com mais
118 ênfase para que as pessoas se apropriem desses direitos e também cumpram
119 suas obrigações com relação às crianças e aos adolescentes. Por fim o
120 Presidente coloca em votação a **PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO DE**
121 **CONSELHEIROS(AS) DOS DIREITOS E A REDE DO SISTEMA DE**
122 **GARANTIA DE DIREITOS DO MUNICÍPIO SÃO VICENTE – SP**, promovido
123 pela K&M Consultoria em políticas públicas em direitos humanos, que terá como
124 objetivo Capacitar os Conselheiros (as) de Direitos DCA e a Rede no exercício
125 de suas atribuições e todo o conjunto de normativas com a interface do Sistema
126 de Garantia de Direitos, ampliando a visão sobre a legislação vigente, no valor
127 de R\$ 5.500,00 e que foi **aprovada por unanimidade** por todos os conselheiros
128 .Nada mais a ser discutido o Presidente Marcos encerrou a reunião as 17:30.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**
Lei Municipal nº 270-A, de 22/08/1994 - São Vicente

129 Sem mais para acrescentar, eu Yonne Souza Vaz, secretariei e digitei a presente
130 ata em 3 vias de igual teor.